



## O espaço-tempo no debate educacional e na configuração da malha escolar carioca na década de 1930

Giam Miceli<sup>1</sup> 

### INTRODUÇÃO

1 Doutorando em Geografia na Universidade Federal Fluminense. E-mail para contato: [giammiceli84@gmail.com](mailto:giammiceli84@gmail.com)

2 A autora utiliza tal expressão ao se referir à década de 1940, que foi quando se deu a inauguração da Avenida Presidente Vargas, que rasga a área central, da região da Praça da Bandeira em direção à orla. No entanto, tal expressão pode ser empregada ao fazermos referência às décadas anteriores, visto que obras de altíssimo impacto, incluindo o alargamento de muitas ruas e avenidas, já haviam sido concretizadas.

Este artigo tem o propósito de oferecer ferramentas que subsidiem o debate sobre as relações cidade-escola a partir do viés espaço-temporal, considerando a indissociabilidade entre essas duas dimensões. Em termos empíricos, optamos por investigar a cidade do Rio de Janeiro, com ênfase em sua área central na década de 1930, mais especificamente entre 1931 e 1942, o que é justificado pelo fato de a Reforma Francisco Campos ter vigorado nesse intervalo. O motivo para a escolha dessa cidade se deve ao fato de ela ter sido capital do país entre 1763 e 1960, o que a coloca em um patamar de alto grau de importância. Em segundo, cabe pontuar que a cidade foi alvo de uma grande reforma no início do século XX, além de ter sido alvo de conflitos de interesse na configuração de sua forma-função. A Reforma Passos, iniciada em 1902, portanto, ainda durante a Primeira República, alterou drasticamente a área central, sobretudo, da cidade. Anos depois, entre 1926 e 1927, o Plano Agache entrou em cena, basicamente anulando, ao menos no plano do discurso, o que fora feito por Passos. Havia, portanto, o Rio de Janeiro dos planejadores — em função do capital — e havia o Rio de Janeiro das pessoas comuns, dos cidadãos e cidadãs que viviam e *experienciavam* a cidade.

Diante dessa tentativa de reconstruir a área central da cidade do Rio de Janeiro, a partir do que Borde (2006 *apud* Borde e Sampaio, 2012, p. 106) chama de “fúria urbanística”<sup>2</sup>, nossa questão central é: Qual é o lugar da escola na cidade? Ao longo de tantas mudanças pelas quais o Rio de Janeiro passou, a escolarização enquanto uma prática a abranger parcelas cada vez maiores da população ganhava ímpeto. Mais e mais pessoas eram escolarizadas conforme o tempo passava, apesar dos muitos obstáculos presentes à época, a começar pela escassez de instituições públicas oferecendo o ensino secundário, pelo alto custo do ensino privado e pelo exame de admissão, que por si só já era excessi-

vamente excludente. De todo modo, consideramos, neste artigo, um período em que aumentava o número de pessoas matriculadas em instituições de ensino.

É de suma importância que se explique, já na introdução, o conceito de malha escolar. Seria inadequado, no caso deste artigo, empregar termos como “sistema”, “rede de ensino” ou “rede de educação”, visto que esses três casos sugerem integração entre as partes. A ideia de uma rede de ensino pressupõe unidades educacionais submetidas às mesmas regras e princípios básicos de funcionamento, além de uma mesma cultura escolar, grosso modo. A malha, por sua vez, é uma concepção muito mais voltada à dispersão (ou não) no espaço. Interessa-nos, muito mais, entender de que modo ocorreu a configuração e o arranjo das escolas em território carioca, independentemente do caráter da escola. Com isso, incluímos, neste rol, escolas públicas, escolas privadas confessionais, escolas privadas não-confessionais, entre outras categorias. Todas elas são importantes para que possamos entender de que modo tal arranjo foi criado.

Inicialmente, será apresentado um panorama da cidade do Rio de Janeiro na década de 1930, com destaque para a área central, que é a que nos interessa. Não há como dar conta da cidade inteira, mas algumas partes exteriores ao centro serão mencionadas ocasionalmente. Em seguida, mostraremos como divergências se concretizavam, à época, na esfera urbana — por meio de diferentes projetos de cidade — e na esfera educacional. Indo além, o ano de 1931 foi marcado pela Reforma Francisco Campos, responsável por profundas alterações, tendo sido a primeira reforma do ensino secundário válida para todo o país. Tal fato mostra a relevância da reforma e do ministro em questão.

Em terceiro e último lugar, como objeto empírico de análise, alguns dados sobre o Colégio Pedro II, campus Centro serão apresentados. Por ter sido uma instituição modelar de ensino secundário desde sua fundação, em 2 de dezembro de 1837, e por ser localizada na área central da cidade, a instituição foi escolhida para fins de investigação. A metodologia do artigo é apoiada na análise do Livro de Termos<sup>3</sup> do Colégio Pedro II, disponível no Núcleo de Documentação e Memória da instituição. Além do Livro de Termos, uma análise do jornal *A Noite* vem sendo feita, pois se trata de um jornal bastante aberto a manifestações por parte de leitores, o que faz com que muitos textos e denúncias sobre o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro apareçam. Com isso, torna-se possível ir além dos documentos oficiais.

O levantamento de notícias realizado no jornal *A Noite* foi feito de modo que as notícias tenham sido selecionadas e classificadas com base nas seguintes categorias: *Colégio Pedro II*: foram consideradas notícias relativas à escola, sobretudo as que enfatizam os aspectos da cultura escolar e da busca pela consagração do Colégio Pedro II enquanto *lugar institucional* (Gasparello,

3 O Livro de Termos equivale ao livro de matrículas do Colégio. Há dados como nome, filiação, origem, entre outras informações importantes. Como o universo dos documentos escolares é profundamente complexo, alguns livros apresentam o endereço dos estudantes, enquanto outros não apresentam tal dado.

2004). Esta seção inclui, também, atos realizados internamente, a partir de decisões por parte da congregação do Colégio Pedro II, o que é importante para que os dados relativos a medidas adotadas sejam apreendidos.

- Expansão da cidade: sabemos que a cidade do Rio de Janeiro, no período em questão, teve grandes mudanças, sendo marcada por alterações significativas em sua área central, além da expansão e intensificação da ocupação do subúrbio ferroviário. É importante verificar como tal expansão ocorreu. Isso inclui o desenvolvimento das redes de transportes, com grande destaque para o trem e a Estrada de Ferro Central do Brasil.
- Melhoramentos e Normatização do espaço urbano: é válido investigar como a cidade era *tratada* pelos setores competentes, incluindo arquitetos, urbanistas, prefeitos, entre outros, além de investigar como esse tratamento era representado nos jornais. Sabe-se que tais setores foram e continuam sendo influentes ao longo dos sucessivos processos de produção e reprodução do espaço urbano. Além disso, incluímos, nesta categoria, notícias em geral sobre problemas urbanos, com destaque para a área central. Foram considerados, também, registros feitos no jornal que cedeu espaço aos leitores e leitoras para que se manifestassem a respeito de questões sobre a cidade.
- Notícias sobre escolas da cidade do Rio de Janeiro: é importante buscar notícias sobre diversas escolas presentes na cidade, com destaque para escolas públicas. Tal medida é importante por questões comparativas. Como as escolas eram tratadas pelos órgãos responsáveis (Diretorias da Instrução Pública)? Como os jornais lidavam com isso? O que ocorria com o Colégio Pedro II nesse contexto? Tais questões são importantes para se apreender o cenário educacional carioca no período em questão. Não sendo o principal objetivo da investigação, tal cenário é útil para traçar um pano de fundo. Em 20 de abril de 1920, por exemplo, a notícia intitulada “Sem instrução!”<sup>4</sup> foi publicada para denunciar a supressão do 1º turno da Escola Padre Antonio Vieira: “Uma ordem da Diretoria de Instrução Pública Municipal acaba de suprimir o 1º turno da Escola Padre Antonio Vieira, 1ª escola mista do 11º distrito e situada no Méier”. A reportagem afirma ainda que a escola “presta relevantes serviços à instrução naquele populoso subúrbio carioca”. Tais trechos mostram, além da denúncia exercida pelo jornal, como a cidade era vista, mesmo que pontualmente.
- Ensino secundário: esta categoria foi criada para destacar os feitos e a atuação da Liga Pedagógica do Ensino Secundário, órgão responsável por deliberar e estabelecer definições acerca desse nível de ensino.

4 Jornal *A Noite*, Rio de Janeiro, capa, ano 10, n.3002, 20 abr.1920.

5 A pesquisa de mestrado do autor deste artigo foi voltada ao antigo Estado do Rio de Janeiro, o que excluía o Distrito Federal, que é a atual cidade do Rio de Janeiro. Por isso, ele teve contato com fontes totalmente diferentes. Assim sendo, os conteúdos também divergiam dos conteúdos atualmente analisados.

- Propagandas de escolas privadas: as propagandas de instituições privadas, sobretudo de ensino secundário, são importantes para descortinar processos espaciais e urbanos, além de perceber como tais instituições se apresentavam diante de um contexto marcado pelo avanço de escolas particulares. Além disso, é importante notar que muitas delas usavam o Colégio Pedro II como parâmetro para atrair novos estudantes, já que a equiparação era uma exigência. Se as propagandas de instituições privadas de ensino secundário no antigo estado do Rio de Janeiro foram analisadas e nelas foi possível perceber o fator *localização*<sup>5</sup> como preponderante (Miceli, 2015), agora pontos como “qualidade” e “equiparação” passam a emergir. É fundamental salientar que tais propagandas aparecem sucessivas vezes, o que não cabe neste artigo. Diante disso, optamos por não registrar tais repetições.
- Arquitetura Escolar: em um contexto de massificação da escola pública, os prédios escolares ganham notoriedade, na medida em que muitos espaços eram improvisados ou alugados sem as devidas adaptações para que servissem como estabelecimentos de ensino. A necessidade de construção de prédios próprios passou a ser cada vez mais urgente, sobretudo a partir da década de 1930.

### **EM BUSCA DE UM ARRANJO PRETÉRITO: A ÁREA CENTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 1930**

Este estudo busca investigar a espacialidade da cidade do Rio de Janeiro, à época Distrito Federal, entre os anos de 1931 e 1942, tomando uma instituição de educação como objeto empírico de análise, o que exige dois esforços iniciais imprescindíveis. É necessária a contextualização, com elementos que evidenciem como era o centro da então capital da República, de modo que seja possível resgatar materialidades do período em questão, além de toda uma dinâmica que ali ocorreu. Vale lembrar que o recorte temporal que investigamos é voltado a uma cidade que encarava profundas transformações, que, por sua vez, eram acompanhadas por contradições diversas<sup>6</sup>. A cidade havia passado por uma grande reforma urbana — a Reforma Passos —, em que a área central foi priorizada. Podemos afirmar que a primeira metade do século XX, no antigo Distrito Federal, foi marcada pela busca de projetos distintos de cidades que buscavam efetivar-se, pois, pouco tempo após a reforma anteriormente mencionada, o urbanista francês Alfred Agache (s/d, p. 5) alega ter a cidade passado por um “crescimento que não foi previsto nem guiado”, o que o fez elaborar um plano urbanístico que, segundo Abreu (2008), não foi executado, dado seu alto custo, além de uma questão política voltada ao apagamento de tudo aquilo que fizesse referência à Primeira República:

6 O centro do então Distrito Federal foi foco de modernização, mas, ainda assim, era a área residencial da população mais pobre, como nos apontam França e Rezende (2012). Silva, Andrade e Canedo (2012, p.143), referindo-se ao Morro da Providência, afirmam que “O censo predial de 1933, por sua vez, contabiliza, para o morro como um todo, 1.458 casebres”.

O plano Agache buscava ser abrangente, ainda que sugerisse apenas soluções técnicas. Embora o plano admitisse que a cidade tinha alguma responsabilidade para com a classe trabalhadora e vinculasse planejamento físico e bem-estar social, seu criador era um produto da mesma escola de urbanismo da elite brasileira, deixando por isso de abeberar-se no forte legado urbano que sobrevivia na mente popular. A geração que assumiu na década de 1930, especialmente os populistas, simplesmente ignorou o trabalho de Agache (Conniff, 2006, p. 54).

Não se trata de comparar os dois planos, mas, sim, de afirmar que havia grandes divergências em torno do que deveria e do que poderia vir a ser a cidade do Rio de Janeiro. Borde (2006 *apud* Borde e Sampaio, 2012, p. 106) afirma que, no Rio de Janeiro da década de 1940, a destruição criativa se transformou em “fúria urbanística”. A autora faz referência à criação da Avenida Presidente Vargas, já nos anos 1940. No entanto, é seguro afirmar que tal fúria emergiu como resultado de diferentes projetos.

Os ideais de cidade e de Rio de Janeiro, apesar das diferenças, apresentavam pontos convergentes. Pode-se afirmar que a necessidade de se melhorar a circulação na área central era uma tônica, visto que se tratava de uma cidade que ainda apresentava um ar colonial. Tornava-se necessário “adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação de capital” (Abreu, 2008, p. 59). Em seguida, o autor afirma

Com efeito, o rápido crescimento da economia brasileira, a intensificação das atividades exportadoras e, conseqüentemente, a integração cada vez maior do país no contexto capitalista internacional, exigiam uma nova organização do espaço (aí incluído o espaço urbano de sua capital), condizente com esse novo momento de organização social (Abreu, 2008, p. 59).

Indo além, a dimensão sanitária assume papel de destaque, principalmente após a grave epidemia de gripe espanhola<sup>7</sup> que assolou a cidade em 1918, embora tal debate se fizesse presente antes deste ano, como no Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, publicado em 1875, do qual Francisco Pereira Passos participou, ou mesmo na reforma por ele implementada, como nos mostra Abreu (2008, p. 60): “Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e das condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do ‘novo Brasil’”. Já no Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro (Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, 1875), separado da Reforma Passos por um intervalo de cerca de três décadas, muitos pontos posteriormente tidos como problemáticos foram abordados tempos depois. Ali já era sinalizada a necessidade de retificar e alargar ruas, além de uma grande preocupação com a retificação e o prolongamento do Canal do Mangue: “[...] no estado

7 Castro (2019) apresenta maiores detalhes acerca da epidemia.

incompleto e de abandono em que se acha é um foco permanente de infecções miasmáticas” (Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, 1875, p. 6).

Outra preocupação diz respeito aos fluxos na área central da cidade do Rio de Janeiro

Um dos maiores defeitos que se notam na parte antiga da cidade são a estreiteza e grande sinuosidade de suas ruas, do que resultam não somente dificuldades à circulação dos veículos e das pessoas a pé, mas ainda impedimento sensível à renovação do ar viciado por tantas causas no interior das habitações (Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, 1875, p. 10).

Esta pesquisa, portanto, parte, em termos de esforços para estabelecer uma contextualização fidedigna, de uma tríade que, à época, marcava a cidade do Rio de Janeiro: embelezamento, fluxos e erradicação de doenças. São esses os aspectos comuns aos diferentes projetos de cidade em jogo. Cada um à sua maneira buscou dar o devido enfoque a esses três elementos. Logo, a investigação não pode desconsiderar essas três urgências que se impunham à cidade. É válido lembrar, também, que o Rio de Janeiro desempenhava uma função portuária importante, o que estimulou a ocupação da área central da cidade, com destaque para os bairros da Gamboa, Santo Cristo e Saúde, processo descrito e analisado por Lamarão (2006)<sup>8</sup>. Acerca da relação entre controle da circulação e melhoria nos fluxos da área central, temos:

8 Lamarão (2006) descortina o processo de ocupação da área portuária do Rio de Janeiro, e, entre tantos fenômenos investigados pelo autor, destaca-se o fracionamento das chácaras em diferentes morros, bem como em seus sopés, de modo a multiplicar os terrenos para ocupação por parte da classe trabalhadora.

9 Ainda que a ocupação dos bairros do chamado subúrbio ferroviário tenha sido viabilizada, sobretudo a partir da Estrada de Ferro Central do Brasil, vale lembrar que muitas eram as melhorias das quais essas áreas careciam. É Conniff (2006) quem nos mostra que em dois levantamentos sobre habitação (1920 e 1933), pouco mais de 5 mil unidades eram construídas anualmente. No entanto, faltavam serviços básicos como água encanada e esgoto, além de haver uma certa dificuldade de deslocamento no trajeto casa-trabalho-casa, problema que, em outra dimensão e com outros moldes, ainda permanece até os dias atuais.

O controle da circulação, que visava a melhoria das comunicações externas e internas da cidade, materializou-se na construção do novo porto do Rio de Janeiro, necessário à agilização de todo o processo de importação/exportação de mercadorias, e na abertura e alargamento de uma série de eixos viários internos, que não só modificaram os gradientes de acessibilidade de diversas partes da cidade, estimulando a desconcentração urbana, como solucionaram o problema logístico do controle da área central (Abreu, 2014, p. 411).

Essa era uma das contradições da época: investir em projetos de embelezamento, a partir de uma perspectiva haussmanniana e, portanto, excludente, em uma cidade na qual sua área central era habitada por significativa parcela da população mais pobre.

Em relação à temática da habitação, temos o seguinte:

Basicamente, havia três alternativas de habitação para os pobres: casas de cômodos, velhas casas senhoriais abandonadas pela elite e subdivididas em quartos; loteamentos não urbanizados nos subúrbios<sup>9</sup>; e favelas, povoamentos não autorizados nas encostas dos morros e terrenos inóspitos. Todas essas formas de habitação barata — no crescimento dos anos 1920 devido à migração rural — são importantes para entender a qualidade de vida da população urbana (Conniff, 2006, p. 51).



De acordo com Abreu (2014, p. 400), em obra póstuma organizada por Rogério Haesbaert e Fania Fridman, na cidade do Rio de Janeiro, a habitação popular esteve centrada em discursos oficiais ao longo do período imperial, bem como nos primeiros anos republicanos. A questão habitacional era justificada a partir de dois fatores principais: o primeiro deles residia no fato de os cortiços serem vistos como epicentros de epidemias diversas, como cólera, varíola e febre amarela, que passaram a assolar a cidade a partir de 1850. O segundo motivo era o fato de as habitações coletivas serem focos potenciais de agitações populares.

O “crescimento tentacular” (Abreu, 2008) é um fenômeno intimamente ligado à questão da habitação popular, na medida em que, a partir do processo de expansão da cidade, viabilizado pelos bondes e trens, além de obras de dragagens e aterros, parte da classe mais abastada começa a sair da área central:

As casas de cômodos eram grandes casas ou edifícios de apartamentos dilapidados, em geral situados nas áreas mais antigas, convertidos por antigos proprietários ou donos de cortiços em alojamentos baratos e superpovoados. Muitas vezes os antigos donos as tinham vendido a fim de se mudar para a mais elegante Zona Sul. Esses alojamentos tornaram-se muito numerosos após a virada do século, época em que se estima que abrigava umas 78 mil pessoas (cerca de 10% da população urbana). A vantagem das casas de cômodos para o pobre estava em seu baixo custo e na proximidade do centro, permitindo que ele fosse a pé para o trabalho ou à procura de emprego temporário (Conniff, 2006, p. 51).

Até aqui, temos, a partir da bibliografia disponível e da leitura de documentos oficiais, uma breve contextualização, uma tentativa de reconstruir a área central da cidade do Rio de Janeiro, na década de 1930, tomando como eixo a já mencionada tríade embelezamento, fluxos e erradicação de doenças. Todavia, esmiuçar todo o centro da cidade do Rio de Janeiro não é um objetivo desta pesquisa.

Em segundo lugar, há a necessidade de se estabelecer um recorte espaço-temporal razoavelmente preciso, o que já indica, de antemão, a impossibilidade de se investigar toda a área central da cidade do Rio de Janeiro. Diante disso, há a opção de se recorrer a Noronha Santos (1965) para que seja possível delimitar da melhor maneira possível o centro da cidade do Rio de Janeiro, de tal forma que seja possível perceber em que medida o Colégio Pedro II, campus Centro, se comunicava com o entorno. Ana Fani A. Carlos (2011, p. 53) reafirma a necessidade de se superar “a ideia arraigada de que a localização dos fenômenos é a finalidade e o sentido último do termo ‘geográfico’”. Mas se a localização não deve ser o objetivo maior da ciência geográfica, ela pode ser tomada como ponto inicial para diversas análises.

Considerando a importância de um recorte preciso para a realização da pesquisa, é importante lembrar que a cidade do Rio de Janeiro era dividida em freguesias:

A cidade do Rio de Janeiro, nos seus primórdios, era dividida sob um aspecto eclesiástico em diversas freguesias ou paróquias, as quais limitavam os territórios de jurisdição religiosa, em princípio. Depois essas mesmas freguesias passaram a abranger os territórios de jurisdição administrativa (Santos, 1965, p. 7).

Diante disso, a antiga divisão em freguesias é útil, pois auxilia no sentido de facilitar a visualização da área de estudo em que o objeto desta pesquisa está situado. Cada parte do que atualmente conhecemos como Centro da cidade do Rio de Janeiro — que, em termos passados, até que começasse a ocorrer um processo de expansão, era a própria cidade como um todo<sup>10</sup> — correspondia a uma freguesia, que nada mais era que uma parte da cidade contendo uma igreja principal. Partindo da divisão da cidade em freguesias, o Colégio Pedro II ficava situado na chamada freguesia de Santa Rita, a qual, até o início do século XX, apresentava considerável dinamismo. Vale a pena resgatar algumas características da freguesia em questão a fim de justificar o recorte espaço-temporal, considerando, ainda, a contextualização anteriormente feita. No início do século XX, a então freguesia de Santa Rita apresentava, de acordo com Santos (1965, p. 118-119) “vários estabelecimentos” de ensino particular, além de dez escolas municipais de “instrução” primária. Era uma área com “muitos trapiches e alguns estaleiros, fábricas de produtos nacionais [...]”. A região também incluía a Praça do Mercado da Harmonia, a Biblioteca da Marinha, a Capitania do Porto, a Cadeia do Aljube, aos pés do Morro da Conceição, o “Externato do Ginásio Nacional, antigo Seminário de S. Joaquim e Colégio D. Pedro II [...]”.

Em seguida, o autor mostra que a freguesia de Santa Rita foi criada em 1721, após um desmembramento da freguesia da Candelária. Ou seja, conforme a expansão da área da cidade, sobretudo a partir do aumento das possibilidades do uso do solo a partir de procedimentos de dragagem e aterros, e conforme o aumento da população, entrava em cena um processo de expansão territorial em coexistência com processo de fragmentação territorial, pois, à medida em que a freguesia crescia, a ponto de tornar sua administração muito complexa, enxergava-se a necessidade de dividi-la em nova(s) freguesia(s). Usando como referência as nomenclaturas e o atual arranjo do centro da cidade do Rio de Janeiro, de modo aproximado, a freguesia de Santa Rita se estendia do entorno da Central do Brasil até a Praça Mauá (antigamente conhecida como Prainha), incluindo aí o Largo da Prainha e toda aquela área da Zona Portuária. Cruzando a Avenida Presidente Vargas — inaugurada na década de 1940 —, encontramos a área conhecida como Uruguaiana — é o nome de uma das ruas do centro,

10 Um hábito muito comum até a década de 1990 — e ainda hoje, sobretudo entre pessoas de mais idade — consistia em chamar o Centro do Rio de Janeiro de “Cidade”, como se toda uma área enorme dividida em muitos bairros não fizesse parte do Rio de Janeiro. Era muito curiosa essa falta de referências espaciais mais específicas. O Centro é um grande “T”, que vai da Cidade Nova (antigo Saco de São Diogo), nas proximidades da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, até a Praça XV e da Praça Mauá até a Lapa. Ou seja, trata-se de um centro de grande extensão



mas acabou denominando uma área do centro, para além da rua de mesmo nome — que, antigamente, pertencia à freguesia de Sacramento.

A freguesia de Santa Rita, criada como desmembramento da freguesia da Candelária, tinha como Matriz a Igreja de Santa Rita, situada no largo de mesmo nome, nas proximidades da rua Miguel Couto, Teófilo Otoni, ao final da Avenida Marechal Floriano. Além disso, a mesma avenida passou por grandes modificações, sobretudo a partir da Reforma Passos. Todavia, uma simples caminhada para fins de observação deixa em evidência toda uma mistura, um acúmulo de tempos. É Santos (1965, p. 122) quem afirma que “Das freguesias urbanas é a Matriz de Santa Rita a que tem pior aspecto, atestando a indiferença e o gosto artístico dos templos coloniais”.

### **O CENÁRIO ENVOLVENDO ESCOLA E CIDADE: CONTROVÉRSIAS ENTRE O URBANO E A ESCOLARIZAÇÃO**

Falar de antagonismos na cidade do Rio de Janeiro, dentro do recorte temporal proposto significa, como dito anteriormente, ponderar sobre a cidade dos planejadores da época — com grande destaque para Pereira Passos e Alfred Agache, cujos feitos serão posteriormente apontados — e a cidade dos cidadãos e cidadãs, da gente comum que habitava, coexistia e (sobre)vivia. Tal contraponto é importante, pois seria precipitado tratar a cidade como um bloco monolítico, sobretudo uma cidade marcada por intensas desigualdades desde sua fundação. Com isso, pretendemos afirmar que havia certo descompasso entre a cidade dos planejadores e a cidade vivenciada pelas pessoas. Tais divergências podem ser apreendidas nos jornais de época<sup>11</sup>.

Como mostra Abreu (2008), havia uma tentativa de apagar os feitos da Primeira República a partir dos anos 1930. Alfred Agache, por exemplo, em suas conferências proferidas no Rio de Janeiro, em 1926, afirma que o Rio cresceu sem planejamento, numa nítida intenção de desqualificar a reforma feita anos antes, a Reforma Passos. O fato de a Reforma Passos ter sido efetivada para benefício do capital, conforme anteriormente afirmado, já é fato conhecido. Havia, em primeiro lugar, um propósito de  *europeizar*  a cidade do Rio de Janeiro, com destaque para o centro. Além disso, tal reforma foi marcada pelo intuito de facilitar fluxos de mercadorias em direção à área portuária da cidade, o que exigia o alargamento e a abertura de ruas.

Ao desqualificar a reforma anteriormente realizada, o igualmente elitista Alfred Agache apresenta um plano que, conforme mostra Abreu (2008), não foi adiante devido ao seu alto custo. Resumidamente, podemos afirmar que era um projeto de cidade que setorizava o Rio de Janeiro. Haveria uma área comercial, uma área residencial, uma área bancária, um estacionamento,

<sup>11</sup> A escolha do jornal *A Noite* é justificada pelo fato de ter acolhido muitas insatisfações de seus leitores. Em textos diversos, foi possível perceber o tom de denúncia com que esse jornal foi utilizado.

uma área de moradias (para as elites), entre outros setores. Era um projeto, certamente caríssimo, de segmentação.

O que a análise dos jornais mostra é que, mesmo com a grande reforma empreendida por Pereira Passos, a área central da cidade continuou tendo problemas. Os estragos causados pelas chuvas na rua do Lavradio colocaram isso em evidência:

A quase totalidade das casas da rua do Lavradio, rua dos Arcos e rua Evaristo da Veiga, entre as quais se contam dezenas de estabelecimentos comerciais e fábricas, cujos fundos são limitados pelas fraldas de morro, receberam a carga inesperada de barro arrojada das encostas pelo aguaceiro<sup>12</sup>.

12 *A Noite*, Rio de Janeiro, s/p, ano 11, n.3.679, 04 mar. 1922.

O fato de a reforma não ter pensado e nem reconhecido a existência de uma enorme parcela da população carioca em situação de pobreza, por sua vez, coloca em questão o sentido de cidade que era portado pelos agentes responsáveis por pensá-la. E devemos ressaltar o centro da cidade, pois o que conhecemos como “subúrbio carioca” (Fernandes, 2011) foi abandonado durante o contexto de reforma urbana. Isso pode ser exemplificado pela reportagem intitulada “Um rua quase intransitável em Madureira”<sup>13</sup>, na qual clama-se pela capina da rua Maria Lopes. Alega a reportagem que “o trânsito de veículos pela rua Maria Lopes está há muito interrompido” e, em seguida, diz-se que “o leito da rua ficou esburacado” em decorrência das chuvas recentes, dificultando, também, a circulação de pedestres.

13 *A Noite*, Rio de Janeiro, p.6, ano 21, n.6906, 16 fev. 1931.

Se havia antagonismos por uma concepção de cidade e de urbano que englobavam os que planejavam a cidade e os que nela viviam, na educação a situação não era diferente. Havia divergências em diferentes níveis, sobre aquilo que deveria ser ofertado enquanto escolarização.

Talvez o embate mais marcante tenha sido entre público e privado na escolarização da década de 1930. Em outro momento, mostramos como, ao longo da década de 1930, o antigo estado do Rio de Janeiro<sup>14</sup> apresentava uma rarefação no que diz respeito à oferta de ensino secundário público, pois o estado contava com apenas duas instituições: Liceu de Humanidades de Campos, no município de Campos dos Goytacazes, e Liceu Nilo Peçanha, em Niterói, antiga capital do estado (Miceli, 2015). Ou seja, a oferta do ensino secundário era quase que exclusivamente oferecida por instituições particulares de ensino, sendo muitas delas católicas.

14 À época, a cidade do Rio de Janeiro, que atualmente é capital do estado de mesmo nome, era Distrito Federal, tendo, por isso, sido excluída da pesquisa apresentada por Miceli (2015). O que compôs o recorte espacial foi o estado, com exceção da cidade do Rio. Ao longo desse contexto, o estado era capitaneado por Niterói.

Indo além, havia grandes diferenças entre escolas confessionais e não-confessionais. E, dentro das escolas religiosas, havia decompassos entre diferentes religiões, o que se aguçou nos anos 1920 e 1930. A existência predominante de escolas católicas em território nacional ao longo do tempo é fato conhecido. Todavia, por volta desse intervalo, o território nacional passou a ser

pontilhado por escolas protestantes, o que colocou em risco o quase monopólio da Igreja Católica no que diz respeito à oferta de educação privada. O temor a respeito do risco anteriormente mencionado pode ser exemplificado pela fala do então Arcebispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta, que exclama “Já outras vezes temos despertado a atenção dos fieis para o perigo, em que precipitam seus filhos, confiando-os a escolas acatólicas, mestres hereges, ímpios, escandalosos, ou infames por fatos conhecidos”<sup>15</sup>.

15 *A Noite*, Rio de Janeiro, p.6, ano 11, n 3.305, 21 fev 1921.

Com base nesse cenário de incertezas, tanto em relação à cidade quanto em relação à escolarização, seguem algumas notas acerca da configuração do que opto por chamar de “malha escolar” na cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, ao longo da década de 1930 e início da de 1940.

### **ESPAÇO E ESPACIALIDADE: CONCEITOS IMPORTANTES PARA O DEBATE SOBRE A MALHA ESCOLAR CARIOCA EM TEMPOS PRETÉRITOS**

É compreendendo o espaço enquanto um sistema indissociável de objetos e ações (Santos 2008) e a espacialidade enquanto uma trama que envolve objetos espaciais (Gomes, 2013), ou seja, enquanto um jogo de posições entre elementos componentes do espaço, que buscamos oferecer subsídios que viabilizem interpretações outras para o fenômeno da escolarização.

Dentro das questões elencadas no subitem anterior, vale mencionar que a década de 1930 foi marcada pelo que podemos chamar de escolarização das massas. Além das reformas educacionais, com grande destaque para a Reforma Francisco Campos, é válido salientar que o período em tela foi marcado por diversas políticas públicas, entre as quais poderíamos citar a habitação social, o transporte público e a educação escolar.

Anteriormente, afirmamos que, na relação entre instituição de ensino e espaço, duas são as possibilidades: o espaço *da* escola e a escola *no* espaço (Miceli, 2015). Ou seja, pode-se investir em uma análise do espaço interno da escola, sem abrir mão de seus aspectos arquitetônicos, o que nos leva a entender aquilo que passou a se chamar cultura escolar<sup>16</sup>; ou pode-se investir em uma investigação mais ampla, que coloque a escola em diálogo com outros elementos. E o que nos interessa aqui é a perspectiva da escola *no* espaço em um contexto de reformas — urbanas e educacionais — e em um cenário no qual o processo de escolarização, ainda que excludente, começava a acenar para uma maior parcela da população. Diante de tais fatos, quais foram os rebatimentos espaciais do contexto até aqui apresentado? De que modo as instituições responsáveis por oferecer educação escolar pontilhavam o território da cidade do Rio de Janeiro?

16 “Dominique Julia (2001), em texto amplamente difundido, caracterizou “a cultura escolar como sendo um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas” (Alves, 2010, p. 127).

17 Até o momento, o jornal *A Noite* tem sido investigado. A opção por esse jornal pode ser justificada, em primeiro lugar, por ele dispor de uma seção voltada à educação escolar (seção intitulada “Pelas Escolas”). Em segundo lugar, trata-se de um jornal que, ao longo do período pesquisado, abria certo espaço para que leitores e leitoras pudessem expor suas opiniões e concepções sobre diversos temas, incluindo a cidade em que viviam. A sede do jornal *A Noite* era na área central do Rio de Janeiro, na área conhecida como Praça Mauá. Seu prédio é considerado o primeiro arranha-céu da América Latina (para os padrões da época), o qual, lamentavelmente, encontra-se, atualmente, em estado de abandono.

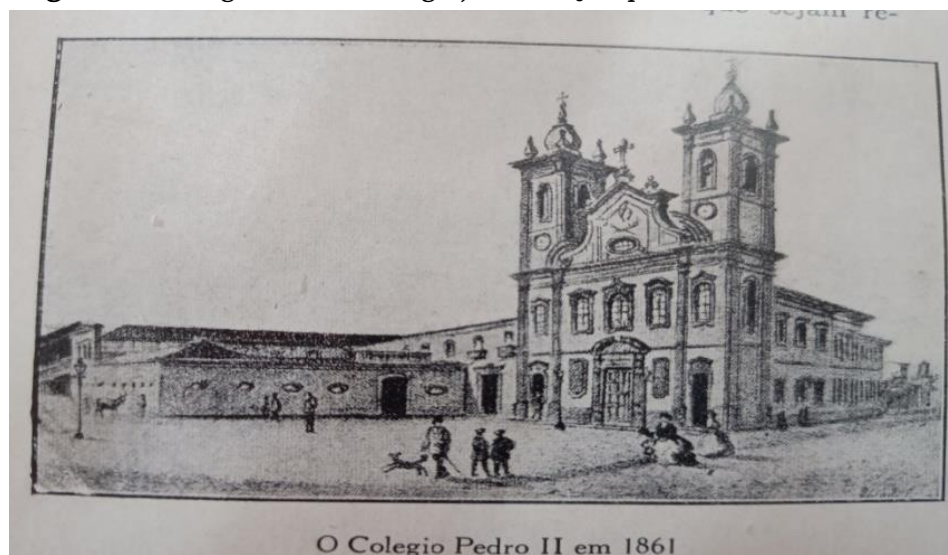
Ao longo da análise em impressos de época<sup>17</sup>, foi possível apreender algumas informações sobre os estabelecimentos de ensino públicos e privados da antiga Capital Federal. A ideia, aqui, não é a de apresentar um mapeamento mecânico de onde tais escolas localizavam-se. O propósito está em estimular o debate que venha a articular conceitos sistematizados pela ciência geográfica, tomando fenômenos pretéritos como objetos de análise.

Em linhas gerais, o que se pode notar é que havia já uma rede de ensino público primário, enquanto o ensino secundário ficava a cargo do Colégio Pedro II, instituição modelar criada em 2 de dezembro de 1837, durante o Período Regencial, e de colégios particulares. Com base na análise do jornal *A Noite* e na análise da documentação disponível no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, vem sendo possível o levantamento de algumas informações relevantes.

Por ser uma instituição modelar — um colégio criado com o propósito de se colocar como modelo de ensino secundário para todo o país — e devido à sua localização na área central, o Colégio Pedro II é o objeto empírico de análise da pesquisa, ainda em andamento, da qual este artigo resulta.

O Colégio Pedro II é central nesta análise por algumas razões: por ter sido um seminário católico, o Seminário de São Joaquim, que, em um contexto conflituoso, foi convertido em um Colégio secundário. Em segundo lugar, a área em que se localiza a instituição foi diretamente afetada pela Reforma Passos, no início do século XX. A Igreja de São Joaquim, uma projeção perpendicular do antigo seminário, foi, inclusive, derrubada. Era a igreja que dividia a antiga rua em Rua Larga de São Joaquim e Rua Estreita de São Joaquim. A igreja, no meio da rua, estreitava a passagem. Essas duas ruas foram unificadas na Avenida Marechal Floriano, como é até hoje chamada.

### **Imagem 1:** O Colégio Pedro II e a Igreja de São Joaquim



Fonte: Acervo do autor.

18 Naquela época, algumas taxas — taxas de exames, por exemplo — eram cobradas, e isso era registrado no Livro de Termos. Havia estudantes que, por alguma razão, não podiam pagar temporariamente, e aí uma gratuidade temporária era concedida pela instituição. Havia os que pagavam permanentemente e havia os que não pagavam. Tudo isso era registrado.

O Livro de Termos do Colégio Pedro II é o que poderíamos chamar de Livro de Matrículas. Cada página é referente à alguma pessoa matriculada na instituição. Com isso, algumas informações básicas são ali registradas: nome completo da pessoa, data de nascimento, contribuinte ou não<sup>18</sup>, filiação, origem, campos para preenchimento no caso de rematrícula e observações gerais.

Com o propósito de se buscar subsídios para a análise da interface cidade-instituição de ensino, optamos por tentar verificar a circulação de crianças e adolescentes pela cidade. Como se daria tal circulação? Para tal, o endereço entra como informação extremamente relevante. Porém, até o momento, não há registros de endereços nos Livros de Termos, o que seria impensável nas escolas atuais. Naqueles tempos, por alguns motivos, o endereço não era considerado algo determinante para a obtenção da matrícula. Todavia, servidores do NUDOM, em conversas informais, confirmaram que existem alguns livros em que são registrados os endereços, os quais já solicitamos para visitas posteriores.

No caso dos estudantes estrangeiros, entre 1936 e 1938, foram matriculados no Colégio Pedro II 1 uruguaio, 1 húngaro, 1 argentino, 2 portugueses, 2 romenos e 1 italiano, totalizando 8 estudantes estrangeiros em um intervalo de dois anos, o que é um dado revelador. Duas são as possibilidades, neste caso: pode ser um vestígio, ou melhor, uma permanência da política de branqueamento da população, iniciada no período imperial; ou, considerando os estudantes vindos de famílias europeias, podem ser casos de famílias fugindo do avanço do nazifascismo no continente.

Já considerando os estudantes brasileiros, dois são os pontos fundamentais: há que se ressaltar o fato de o período ter sido marcado por forte processo de industrialização, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo, o que representou oferta de empregos, o que não representa uma novidade. O que chama atenção, de fato, é o papel polarizador do Colégio Pedro II, o que se deve à carga simbólica que a instituição carrega.

A cidade do Rio de Janeiro, assim como provavelmente todo o restante do país, foi marcada pelo já anteriormente mencionado conflito entre público e privado. Em termos de educação pública, tínhamos uma rede de ensino municipal com diversos problemas materiais, enquanto havia instituições privadas com instalações visivelmente melhores.

Na reportagem intitulada “O problema da instalação das escolas primárias”<sup>19</sup>, é possível verificar como, em termos espaciais, as escolas públicas apresentavam problemas de instalações em geral. No trecho “A Escola Joaquim Nabuco é um próprio municipal, tipo moradia e que, apesar das adaptações e modificações feitas, não satisfaz ainda à sua finalidade”, a mesma reportagem destaca:

19 *A Noite*, Rio de Janeiro, s/p, ano 21, n.7.196, 05 dez. 1931.



O outro prédio de aluguel, à rua Arnaldo Quintella n.63, onde está instalada a escola Sarmiento, tem todas as suas salas péssimas. O pavimento térreo é um porão com salas escuras e péssima ventilação. Nesse pavimento existem duas salas sem forro, tendo cada uma 3,45m de largura. A única escada interna que liga os dois pavimentos tem apenas 0,75m de largura. As salas do pavimento superior são também más em relação à área, à iluminação, à ventilação, à forma e à disposição das portas e janelas, concorrendo, assim, para irregular arrumação das carteiras.

Em outra reportagem, intitulada “A higiene nas escolas municipais: uma escola sem água e sem luz”<sup>20</sup>, informações sobre a 9ª escola mista do 1º distrito são fornecidas. A escola fica situada no bairro de Anchieta, bairro localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, quase na fronteira com a Baixada Fluminense<sup>21</sup>:

20 *A Noite*, Rio de Janeiro, s/p., ano 22, n. 7.346, 09 mai. 1932.

21 Conjunto composto pelos seguintes municípios: Nilópolis, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, dentre outros. Todos eles fazem parte da chamada Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

[...] cerca de 160 alunos, divididos entre a manhã e a tarde, além de funcionar num prédio antiquado que precisa de reformas, como nas instalações sanitárias, encontra-se sem água e luz, estando com os encanamentos possivelmente entupidos.

Os pequenos estudantes, além da privação de luz elétrica, nos dias escuros têm sido forçados a beber água guardada em garrafas ou, então, a água suspeita de um poço devido à falta de ligação — e também se expor à chuva, para ir a um sanitário sórdido, fora do prédio escolar.

As diferentes reportagens mostram que, em termos materiais e em termos de adequações de instalações para que alguma salubridade fosse oferecida às crianças, muitos eram os problemas da rede pública. A rua Arnaldo Quintella, citada como localização de uma das escolas, fica situada no bairro de Botafogo, bairro da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro que, até o século XIX, era reduto da aristocracia. Anchieta, por sua vez, era um bairro periférico da cidade. De todo modo, nas áreas de alto *status* e nas áreas periféricas, a tônica era um sistema público de educação apoiado em inadequações, precariedades e improvisos.

Por outro lado, uma propaganda do Ginásio Anglo-Brasileiro mostra alguns dos atributos do estabelecimento privado de ensino:

À avenida Niemeyer, 357, fica situado este magnífico instituto de ensino. Gozando de uma situação invejável, situado como se acha à encosta da montanha dos Dois Irmãos [...], o Colégio proporciona ao aluno interno uma vida em plena natureza com passeios na floresta e banhos de mar em sua lindíssima praia [...].

Portanto, tal desigualdade entre estabelecimentos públicos e privados de ensino já começavam, de um modo ou de outro, a grafar o espaço da cidade. Quando Milton Santos (2008) afirma que o espaço é um sistema indissociável de objetos e ações, o autor considera que todo e qualquer elemento disposto



na superfície, independentemente de origem — natural ou artificial —, é um objeto espacial. Já no campo das ações, podemos citar toda e qualquer atuação que tenha o propósito de compor, manipular e/ou alterar a trama espacial (Gomes, 2013). A título de exemplo, podemos citar a própria ofensiva católica no sentido de buscar oferecer escolarização aos mais novos a partir da criação de escolas por todo o território nacional. O debate sobre escolarização acaba por exigir um debate sobre o espaço.

### **EM BUSCA DO ESTABELECIMENTO DO DEBATE**

A configuração do que chamamos de malha escolar, ou seja, de um pontilhado de instituições de ensino de várias origens e perfis no território da cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, condensa, de certo modo, as questões da época. As divergências entre público e privado colocavam as escolas públicas em uma situação quase de abandono, enquanto as escolas privadas já apresentavam melhores condições, que, inclusive, eram exploradas em propagandas de jornais de época.

O Colégio Pedro II, instituição modelar de ensino secundário para todo o país, localizava-se na área central da antiga capital da República, sendo, por isso, objeto empírico de pesquisa que, com a análise de jornais da época, fornece importantes elementos para que o período em questão seja compreendido.

Tendo a produção da desigualdade escolar no espaço urbano como mote e como evidência, sobretudo a partir da análise das fontes, nota-se que, ainda na década de 1930, o imprevisto e a inadequação dos prédios escolares, sobretudo públicos, eram quase uma regra. Tais problemas eram denunciados em jornais da época, ao menos naqueles que serviam de arena para que cidadãos e cidadãs pudessem ter um canal de denúncia, indo contra os discursos oficiais e apontando as contradições de um Rio de Janeiro que era alvo de reformadores urbanos, mas que, no fim das contas, mantinha a essência de uma cidade capitalista e desigual, em várias dimensões.

### **REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS**

Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. [https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital1122/bndigital1122.pdf](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1122/bndigital1122.pdf)

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2008.

- ABREU, Maurício de Almeida. *Escritos sobre espaço e história*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- AGACHE, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação e embelezamento*. Foyer Brésilien, s/d.
- ALVES, Claudia. Exército e cultura escolar no Brasil do século XIX. In: ALVES, Claudia; NEPOMUCENO, Maria de Araújo. (org.). *Militares e educação em Portugal e no Brasil*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.
- BORDE, Andrea de Lacerda Pessôa; SAMPAIO, Andréa da Rosa. Políticas urbanas e patrimônio cultural: paradoxos e diálogos na área urbana central do Rio de Janeiro. In: VAZ, Lilian Fessler; REZENDE, Vera F.; MACHADO, Denise Pinheiro. (org.). *Centros urbanos: transformações e permanências*. Rio de Janeiro: Casa 8: PROURB, 2012.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CONNIFF, Michael L. *Política urbana no Brasil: a ascensão do populismo (1925-1945)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.
- FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio 1858-1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.
- LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Editoração, 2006.
- MICELI, Giam Carmine Cupello. *O processo de espacialização do ensino secundário no estado do Rio de Janeiro (1931-1942): uma análise histórica e geográfica*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Ed. USP, 2008.
- SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro, 1965.

---

## O espaço-tempo no debate educacional e na configuração da malha escolar carioca na década de 1930

### Resumo

Este artigo tem o objetivo de enriquecer o debate sobre a relação cidade-escola, tomando como recorte espacial a cidade do Rio de Janeiro, que, na qualidade de antigo Distrito Federal, oferece algumas informações relevantes. No caso da cidade em questão, as disputas público-privado no âmbito da escolarização se fizeram notar além das instituições católicas de ensino, pontilhando o território. A partir de todas essas divergências, torna-se impossível falar em sistema ou rede de educação, expressões conhecidas do público em geral. A proposta da expressão “malha escolar” considera não o vínculo com determinada

centralidade, mas, sim, a existência de instituições de ensino pontilhando o território, independentemente de origem ou pertencimento. Escolas públicas, escolas privadas católicas e escolas privadas laicas podem pertencer a uma mesma malha, mas não a um mesmo sistema. O conceito de malha, neste artigo, é exclusivamente espacial. Em termos metodológicos, o jornal *A Noite* se destaca como uma ferramenta imprescindível, pois aparece como uma arena que coloca a cidade para além dos discursos oficiais e dos planejadores, incluindo cidadãos e cidadãs que questionam, cobram e denunciam. Espaço e espacialidade aparecem, neste artigo, como categorias centrais, de modo que o debate sobre escolas considere, impreterivelmente, um debate sobre o espaço.

**Palavras-chave:** Espaço; Espacialidade; Escolas.

---

### **The space-time in the educational debate and in the configuration of the Rio de Janeiro school system in the 1930s**

#### **Abstract**

This study aims to stimulate the debate on the city-school relation, taking the municipality of Rio de Janeiro as its spatial background, which, as the former Federal District, offers some relevant information. This municipality evinces the public-private disputes regarding schooling, in addition to the Catholic educational institutions dotting the territory. These divergences prohibit the notion of an education system or network, terms which are familiar to the public. The proposal for the term “school mesh” considers, rather than a link in relation to a certain centrality, the existence of educational institutions dotting the territory, regardless of their origin or belonging. Public, private catholic, and private secular schools can belong to the same mesh but not to the same system. The concept of mesh is exclusively spatial. In methodological terms, the newspaper *A Noite* emerges as a fundamental tool as it features as an arena that places the municipality beyond official speeches and planners, including citizens who question, demand, and denounce. Space and spatiality emerge in this study as central categories so the debate about schools inevitably considers a debate about space.

**Keywords:** Space; Spatiality; Schools.

---

**Recebido em:** 13 de junho de 2024

**Aprovado em:** 21 de outubro de 2024

---